



**HAL**  
open science

## **ENTRE PRÁTICAS, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS PARA AS AGROEXTRATIVISTAS NA RESERVA DO RIO CAJARI, AMAPÁ, BRASIL**

Marília Lobato, Raylan Miranda Cortez, Arley José Silveira Da Costa, François Laurent, Ana Karolina Lima Pedrada, Carolina Lavini Lobato De Souza

### ► To cite this version:

Marília Lobato, Raylan Miranda Cortez, Arley José Silveira Da Costa, François Laurent, Ana Karolina Lima Pedrada, et al.. ENTRE PRÁTICAS, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS PARA AS AGROEXTRATIVISTAS NA RESERVA DO RIO CAJARI, AMAPÁ, BRASIL. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 2025, 21 (1), pp.265-284. <10.54399/rbgdr.v21i1.7861>. <halshs-05286826>

**HAL Id: halshs-05286826**

**<https://shs.hal.science/halshs-05286826v1>**

Submitted on 27 Sep 2025

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire HAL, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons CC BY 4.0 - Attribution - International License



**ENTRE PRÁTICAS,  
SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS  
PARA AS AGROEXTRATIVISTAS  
NA RESERVA DO RIO CAJARI,  
AMAPÁ, BRASIL**

**BETWEEN PRACTICES, SUSTAINABILITY, AND CHALLENGES  
TO AGRO-EXTRACTIVIST WOMEN IN RIO CAJARI RESERVE,  
AMAPÁ, BRAZIL**

# ENTRE PRÁTICAS, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS PARA AS AGROEXTRATIVISTAS NA RESERVA DO RIO CAJARI, AMAPÁ, BRASIL

## BETWEEN PRACTICES, SUSTAINABILITY, AND CHALLENGES TO AGRO-EXTRACTIVIST WOMEN IN RIO CAJARI RESERVE, AMAPÁ, BRAZIL

Marília Lobato<sup>1</sup> | Raylan Miranda Cortez<sup>2</sup>

Arley José Silveira da Costa<sup>3</sup> | François Laurent<sup>4</sup>

Ana Karolina Lima Pedrada<sup>5</sup> | Carolina Lavini Lobato de Souza<sup>6</sup>

Recebimento: 31/08/2024

Aceite: 21/05/2025

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA).  
Professora da Universidade Federal do Amapá.  
Macapá - AP, Brasil.  
E-mail: mariliaunifap@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável  
(UNIFAP). Macapá - AP, Brasil.  
E-mail: rayllancortez16@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciências (USP).  
Professor da Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ.  
E-mail: arleycosta@id.uff.br

<sup>4</sup> Doutor em Hidrologia (Mines de Paris - PSL).  
Professor da Le Mans Université. Le Mans, França.  
E-mail: francois.Laurent@univ-lemans.fr

<sup>5</sup> Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA).  
Professora do Instituto Federal do Amapá. Santana - AP, Brasil.  
E-mail: ana.lima@ifap.edu.br

<sup>6</sup> Graduanda em Educação Física (UNIFAP).  
Macapá - AP, Brasil.  
E-mail: lobato3301@gmail.com

## RESUMO

Esta pesquisa investigou a dinâmica do trabalho da mulher agroextrativista na Reserva Extrativista do Rio Cajari, estado do Amapá. O objetivo foi analisar a participação feminina na produção familiar e seu impacto no desenvolvimento de comunidades rurais agroextrativista. Utilizou-se uma abordagem qualitativa a partir de entrevistas e observações participantes com agroextrativistas da RESEX Cajari nas comunidades Água Branca, Martins e Santarém entre junho de 2022 e junho de 2024. Os resultados demonstraram a participação das mulheres em toda a cadeia produtiva da castanha, na agricultura familiar para a produção de alimentos e em organizações sociais, como associações e cooperativas. Além de todas as atribuições laborais e políticas, as mulheres permanecem no trabalho doméstico, apesar da reduzida valorização e de ser crucial para a sobrevivência de famílias agroextrativistas da Reserva Cajari. Concluímos que o trabalho camponês em comunidades da RESEX Cajari é profundamente relacionado ao empoderamento feminino das agroextrativistas, o qual foi consolidado a partir das organizações coletivas. Contraditoriamente, o empoderamento ocorre associado a um processo de exploração, à significativa sobrecarga de trabalho rural, político e familiar atribuído às mulheres.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural, Trabalho feminino, Produção Familiar, Agroextrativismo, RESEX Cajari

## ABSTRACT

This study explores the labor dynamics of agroextractivist women in the Rio Cajari Extractive Reserve, located in the state of Amapá, Brazil. The research aimed to analyze women's participation in family-based production systems and its implications for the development of rural agroextractivist communities. Employing a qualitative methodological framework, the study draws on semi-structured interviews and participant observation conducted with agroextractivist workers in the communities of Água Branca, Martins, and Santarém between June 2022 and June 2024. Findings indicate that women participate across the entire Brazil nut production chain, in subsistence-oriented family agriculture, and in social organizations such as associations and cooperatives. Beside their extensive involvement in productive and political spheres, women continue to shoulder domestic responsibilities—an essential but frequently undervalued dimension of survival for agroextractivist families in the reserve. The study concludes that peasant labor within the RESEX Cajari is intrinsically linked to the empowerment of agroextractivist women, a process that is consolidated through collective forms of organization. However, this empowerment is paradoxically accompanied by a disproportionate workload, as women bear the brunt of rural, political, and domestic labor demands.

**Key-words:** Rural development, Women's labor, Family-based production, Agro-extractivism, RESEX Cajari

## 1 INTRODUÇÃO

As abordagens históricas sobre o desenvolvimento construíram análises baseadas na valorização do aspecto econômico das sociedades, principalmente nas mais industrializadas (Sachs, 2000), representando na ótica do desenvolvimento regional um retrocesso para compreender a dialética e as contradições presentes em comunidades seculares da Amazônia. Para além da condição econômica, quando se trata do agroextrativismo, algumas categorias como cultura, modo de vida e cooperativismo foram destacadas neste trabalho. As abordagens teóricas e empíricas nesta pesquisa transcendem a noção ortodoxa do progresso econômico e priorizam o bem-estar de comunidades tradicionais, valorizando estratégias de desenvolvimento baseadas no lugar das territorialidades dessa população, destacando a posição singular que o gênero feminino representa diante da invisibilidade histórica a que as mulheres foram submetidas.

A análise do desenvolvimento, a partir de percepções produtivas baseadas no sistema capitalista, segue um raciocínio ocidental que subalterniza comunidades tradicionais e reproduz um modelo civilizatório homogêneo, escalonando sociedades a partir um padrão eurocêntrico de realidade social. É relevante, então, construir alternativas de enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento predatório (Gudynas, 2011), que mascara os mecanismos reais de dominação entre regiões, entre classes e entre



gêneros, e compreender a história, a cultura e a inovação social e tecnológica do desenvolvimento regional, com ênfase do lugar da narrativa do sujeito social, valorizando o *Bem Viver* e grupos sociais milenarmente invisibilizados, mas que fizeram parte da estrutura social, política e econômica de suas sociedades; representados nesta pesquisa pelas agroextrativistas da Reserva Cajari, estado do Amapá.

A construção do processo de luta para valorização e reconhecimento social das mulheres é secular. Historicamente, devido à estrutura de dominação paternalista e capitalista enraizada na sociedade, as mulheres foram frequentemente relegadas a papéis considerados “secundários” e, como resultado, a marginalização da representação feminina em diferentes esferas é comumente observada (Perrot, 1998; Simonian, 2001; Delphy, 2009). Essa realidade resultou em desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino, especialmente no contexto de comunidades camponesas.

Apesar da significativa presença das mulheres na produção familiar, a maioria ainda não recebe compensação financeira pelo seu trabalho, o que perpetua a invisibilidade e o não reconhecimento de suas contribuições econômicas e sociais (Meus; Ethur, 2021). Essa marginalização reflete um processo de silenciamento que tem afetado a participação feminina na economia das produções familiares rurais.

O enfrentamento das mulheres por reconhecimento e valorização social de suas atividades em comunidades rurais é essencial para entender os desafios relacionados ao desenvolvimento dos sistemas produtivos locais, dentre os quais, desde sua gênese, está a luta da mulher em resistir aos paradigmas coloniais construídos em torno da exploração do seu trabalho e de seus corpos.

Na Reserva Extrativista do Rio Cajari, município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, por exemplo, as mulheres enfrentam os desafios de uma sociedade historicamente enraizada em padrões que as subalternizam e inviabilizam e, também, há uma representação social delas para o desenvolvimento da produção familiar. Embora pouco reconhecidas, suas contribuições abrangem diversas esferas, de atividades extrativistas, com coleta e extração de produtos florestais para venda *in natura*, a atividades industriais e comércio, beneficiando e agregando valor aos produtos, e realizando a venda do produto industrializado.

Nesta pesquisa, a realidade cotidiana das mulheres agroextrativistas da unidade de conservação da Reserva Cajari foi observada a partir do desenvolvimento do projeto de extensão



*Produção familiar em rede nas Amazônias: soberania, resistência e luta*<sup>1</sup>, cujas atividades foram consolidadas entre junho de 2022 e junho 2024, momento em que se construiu uma ecologia de saberes com as comunidades rurais.

É fundamental ressaltar que a participação feminina no trabalho agroextrativista desempenha papel crucial na economia e sobrevivência das famílias no Cajari. As mulheres assumem frequentemente a responsabilidade pelo planejamento e pela gestão dos recursos provenientes do trabalho, na coleta da castanha, na produção agrícola e permanecem ativas no trabalho doméstico (Picanço, 2005).

Adotou-se neste estudo uma perspectiva qualitativa para analisar a participação das mulheres na produção familiar em comunidades agroextrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Foram realizadas rodas de conversa e entrevistas estruturadas e semiestruturadas com as mulheres locais, a fim de compreender suas vivências e desafios no trabalho com a produção familiar. A abordagem qualitativa possibilitou uma análise sobre as práticas, as histórias e as relações sociais presentes nessas comunidades.

A pesquisa de campo destacou a participação da mulher enquanto sujeito político (Bordalo, 2011), cujas ações provocam mudanças em sua condição social. Foram consultadas abordagens teóricas, como as de Chagas (2015), Lobato (2021), Picanço (2010), Ribeiro (2013) e Simonian (2001), as quais apresentam uma perspectiva abrangente sobre a presença e a contribuição feminina na agricultura familiar em territórios campestres. Neste artigo, pretendemos destacar o papel específico desempenhado pelas mulheres nas comunidades agroextrativistas da Amazônia, por meio da realização de uma pesquisa na Reserva Cajari.

Nesta introdução apresentamos a síntese da dinâmica do trabalho feminino na Reserva Cajari. Em seguida, apresentamos o contexto de transformações históricas na Amazônia que influenciaram a condição de vida das comunidades tradicionais partícipes desta pesquisa. Na seção subsequente, discutiremos sobre o percurso metodológico utilizado, no qual construímos uma aproximação da realidade observada na Reserva do Rio Cajari.

---

1 Projeto de Extensão institucionalizado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com apoio do Departamento de Extensão e Ações Comunitárias da UNIFAP.

As análises seguintes culminam nas discussões sobre os distintos trabalhos exercidos pela mulher agroextrativista da Reserva do rio Cajari e o empoderamento da representação local que vem se consolidando nas últimas décadas. Na última seção, além da ocupação cotidiana na sobrevivência da família, destacamos que a mulher agroextrativista no Cajari é um sujeito político e multiplicador dos conhecimentos tradicionais e que suas ações fomentam o fortalecimento da identidade sociocultural na região.

## **2 DESENVOLVIMENTO AGROEXTRATIVISTA NA REGIÃO AMAZÔNICA**

Na história do desenvolvimento econômico pensado para a Amazônia, o extrativismo vegetal e a agricultura desempenharam um papel fundamental como atividades produtivas responsáveis pela ocupação demográfica. No final do século XIX, Henri Coudreau constatou a presença de castanheiros na região que viria a se tornar o território do Amapá (Coudreau, 1886). Essas atividades sustentaram historicamente parte significativa da população local e preservaram o modo de vida das comunidades tradicionais (Filocreão, 1992). A categoria desenvolvimento, sob essa ótica, transcende a noção de progresso econômico e incorpora aspectos sociais, culturais e ambientais, priorizando o bem-estar das comunidades tradicionais e a preservação de seus modos de vida (Lobato, 2021). Isto porque o desenvolvimento sustentável na Amazônia requer uma abordagem mais holística, que inclua a participação ativa das populações locais na definição de suas próprias estratégias de desenvolvimento.

No contexto dessas mudanças, a partir de 1970, houve um significativo aumento nos debates sobre a sustentabilidade dos recursos naturais, especialmente na região amazônica. Contudo, nesse mesmo período, sob premissas desenvolvimentistas, o governo implementou medidas voltadas para o desenvolvimento que resultaram na chegada e instalação de diversos projetos de exploração na Amazônia (Filocreão, 2015). No entanto, esses projetos exploravam os recursos naturais de maneira devastadora, causando danos e prejuízos a rios, floresta, solo e subsolo de forma rápida e intensa.



Uma unidade de conservação, como as Reservas Extrativistas, significa a história consolidada do movimento de Reforma Agrária no Brasil iniciada na década de 1980, a partir da luta social de comunidades camponesas, que, à época, era representada com significativa ênfase pelos seringueiros, os quais reivindicavam o direito de comunidades camponesas. Após 30 anos de mudanças estruturais e conjunturais no cotidiano dessa população, é necessário construir alternativas inovadoras, para que os sistemas produtivos sejam mais dinâmicos e auxiliem na subsistência das famílias (Maciel; Mangabeira; Kassai, 2021).

Na Amazônia Amapaense, as ações voltadas para o desenvolvimento econômico foram baseadas em Grandes Projetos de Exploração, com destaque à atuação da ICOMI na Serra do Navio, que explorou manganês por mais de 50 anos. Além disso, o projeto Jari, na região Sul do Amapá, abrangeu desde a produção de celulose, coleta e processamento de castanha até a criação de rebanhos, evidenciando a diversidade e abrangência das atividades exploratórias na região. Embora tenham contribuído para o crescimento econômico do estado, o reflexo das ações desses empreendimentos representou impactos e prejuízos socioambientais imensuráveis para a população amapaense (Filocreão, 2015).

A partir de 1980, o Amapá passou por uma série de transformações com a finalidade de assegurar aos agroextrativistas os seus direitos de utilização da terra e de acesso aos recursos naturais, bem como de constituir um mecanismo que evitasse o desmatamento florestal na Amazônia. A conformação desses objetivos foi resultado da pressão política e social oriunda das entidades institucionais, interessadas na conservação da biodiversidade; das populações agroextrativistas, que, por meio dos recursos florestais, mantinham seu modo de subsistência; e dos movimentos ecológicos, aflitos com as mudanças climáticas devido ao desmatamento predatório (Filocreão; Silva; Lomba, 2019). Esse processo de resistência territorial, que permanece na contemporaneidade, visa a acionar alternativas ao modelo de desenvolvimento expropriante que marginaliza comunidades seculares (Lobato, 2021).

Nesse contexto, a região Sul do Amapá configurou-se propícia para demarcações de áreas aos agroextrativistas. Em 1988, estabeleceram-se três Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) no Maracá, unificados em 1997, predominantemente em Mazagão. Em 1990 surgiu a Reserva Extrativista do Rio Cajari, em Laranjal do Jari, como esforço adicional para preservar ecossistemas e sustentar populações extrativistas (Chagas, 2015).



A área total dos municípios na região sul do Amapá abrange 46.787,90 km<sup>2</sup>, correspondendo a 32,6% do território do estado, dos quais 85,3%, equivalentes a 39.912,11 km<sup>2</sup>, estão legalmente protegidos por unidades de uso especial (IBGE, 2010). A região Sul do Amapá abriga uma população de 69.402 habitantes, distribuída entre os municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, representando cerca de 10,36% da população estadual. O censo de 2010 mostrou que aproximadamente 12.924 indivíduos dessa região residem em áreas rurais, onde se dedicam a atividades extrativistas e à agricultura de corte e queima, constituindo unidades de produção familiar (IBGE, 2020).

Autores como Castro e Campos, (2015); Simonian, (1997, 2000, 2001); Filocreão, (1992, 2015) e Lobato, (2021) têm enfatizado a resistência das populações tradicionais em manter a sustentabilidade de seu ambiente e condições socioeconômicas frente às políticas desenvolvimentistas do Estado, que causam danos às populações tradicionais. Refletir sobre as implicações políticas e econômicas do papel do Estado é fundamental para compreender a “viabilidade sustentável” no modo de produção e reprodução do modo de vida das populações tradicionais centenárias da região.

O desenvolvimento de territórios da comunidade Reserva Extrativista do Rio Cajari representa a possibilidade de pensar o modo de vida das populações a partir do lugar de existência, em que o modo de vida dessas pessoas está associado com a natureza, ou seja, resistente à perspectiva predominante de pensar a natureza de forma objetificada, externa ao ser humano e tratada como mercadoria.

### **3 O LUGAR DA MULHER AGROEXTRATIVISTA NA REPRESENTATIVIDADE LOCAL NA RESERVA CAJARI**

A Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada em 1990 nas terras ocupadas pelo Projeto Jari, por meio do Decreto nº 99.145 de 12 de março, apresenta uma configuração social e econômica complexa. No que diz respeito à disposição das famílias na Reserva Extrativista do Cajari, nos anos 1990, cerca de 62% delas residiam em áreas mais isoladas, enquanto 31% residiam em pequenas vilas (Picanço, 2005). Na primeira década após a sua criação, essa situação mudou significativamente, com mais de 62% das famílias vivendo em pequenas comunidades à beira da estrada ou do rio, ao passo que o restante permanece disperso fora dessas áreas. A mudança é atribuída à busca por melhorias na qualidade de vida, uma vez que os vilarejos localizados ao longo da rodovia passaram a receber serviços de assistência governamental, tais como posto médico, escolas e energia elétrica (Picanço, 2005).



Nas áreas protegidas do estado, é evidente a interligação entre práticas extrativistas e agricultura familiar, que se combinam para formar o agroextrativismo. Essa integração entre as atividades é tão significativa que é proposta a denominação de Unidade de Produção Agroextrativista para descrever as unidades de produção das comunidades centenárias e tradicionais nessas regiões (Filocreão, 1992). Nesses territórios, em muitos casos, os agroextrativistas permanecem dias entre o deslocamento até o castanhal, coleta e quebra do ouriço, por isso há necessidade de uma pequena habitação rudimentar na floresta durante o período noturno. Em geral, as atividades de extrativismo e agricultura são alternadas ao longo do ano, sendo influenciadas pela época de safra da castanha (Filocreão; Silva; Lomba, 2019).

No Cajari, o extrativismo de produtos nativos é uma atividade familiar que envolve principalmente a coleta de castanhas, sendo essencial para a economia local. Na região do alto Cajari, os castanhais são explorados há mais de um século, destacando-se como a atividade extrativa mais significativa. Já no baixo rio Cajari, observa-se um aumento na atividade de roçado e na exploração do açúcar. A caça e a pesca também desempenham papéis fundamentais para a subsistência das famílias. A adaptabilidade da agricultura familiar a diferentes contextos históricos e conjunturais é essencial para compreender a realidade dessas comunidades (Benjamim, 2004).

A coleta do fruto das castanhas, também conhecido como ouriço, é realizada durante o período chuvoso, que compreende seis meses, de dezembro a junho. Neste período, todos os membros familiares (marido, esposa e filhos) se estabelecem na residência temporária nos castanhais, para evitar que se desloquem por longas distâncias da comunidade onde residem até os castanhais, que são localizados mata adentro. O trabalho no local de extração é dividido em três etapas distintas: coleta, quebra e transporte dos ouriços. Embora prioritariamente realizada pelo gênero masculino, essa tarefa com a castanha também é realizada pela mulher (Picanço, 2005).

O apoio a políticas de intensificação da coleta de castanhas na região do Alto Cajari teve como objetivo fomentar a importância econômica desse recurso, melhorando as condições de vida local. O auxílio técnico e financeiro do Estado incentivou a criação de cooperativas, como a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Cajari (ASTEX-CA), a Cooperativa Mista dos Extrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA), a Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari (COMAJA) e a Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari (AMAC), aproveitando o grande



potencial de exploração da castanha na área. Essa dinâmica é sustentada pela disponibilidade de mão de obra especializada, transmitida de geração em geração por comunidades que habitam a região há mais de um século (Filocreão; Silva; Lomba, 2019).

A castanha na RESEX-CAJARI é geralmente comercializada em sua forma natural, sem qualquer tipo de beneficiamento. Há, contudo, dois tipos de beneficiamento. O primeiro é realizado na fábrica da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Iratapuru, sob a gestão da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Iratapuru (COMARU); a fábrica produz, principalmente, óleo, usado na fabricação de diversos produtos, como sabonetes, cremes e óleos, apresentando potencial significativo de venda (Filocreão; Silva; Lomba, 2019). O segundo tipo de beneficiamento é conduzido pelas mulheres em pequenas fábricas, nas quais produzem biscoitos, bombons, paçocas, doces, bolos e pão de castanha-do-brasil. Esses produtos são vendidos juntamente com outros produtos agrícolas, como batata-doce, cará-roxo, laranjas, bananas e castanha-do-brasil, tanto descascada quanto com cascas (Ribeiro; Filocreão, 2013).

A agricultura intensifica-se durante a época de entressafra da castanha, momento em que a atividade agrícola é parte crucial na renda dessas comunidades e, também, é essencial para sua autonomia alimentar. Os principais produtos são mandioca, banana, milho, feijão, arroz, abacaxi, macaxeira e batata-doce, além de vegetais, porcos e galinhas (Picanço, 2005). A mandioca e a banana se sobressaem não apenas em termos comerciais, mas também em termos sociais, por garantir um suprimento constante de alimentos à população. As atividades agrícolas são conduzidas em um sistema de produção diversificado que abrange campos, quintais, sítios e criação de animais de pequeno porte (Ribeiro; Filocreão, 2013). Historicamente, as mulheres desempenharam um papel central no controle de áreas de castanhais localizadas nas margens dos rios e igarapés no Cajari. Nesse contexto, os homens se dedicavam à exploração de castanhais em terra firme ou ao transporte da produção, já em locais como Água Branca, nas margens do igarapé conhecido como Rio Branco, as mulheres detinham e gerenciavam castanhais ou colocações (Simonian, 2001).

Atualmente, nas comunidades da RESEX-CAJARI, uma das atividades mais destacadas entre as mulheres agroextrativistas é a produção de biscoitos, paçocas e bombons de castanha-do-Brasil. Essa prática tem ganhado relevância como fonte alternativa de renda e fortalecimento econômico para as mulheres dessas regiões.



A participação feminina nas atividades agroextrativistas no sul do Amapá tem se desenvolvido ao longo de muitos anos, com a criação e atuação de associações de mulheres que trabalham na produção e comercialização de produtos derivados da biodiversidade local, especialmente da castanha do Brasil. A experiência dessas mulheres nas atividades agroextrativistas, associada à busca por autonomia econômica e melhoria de vida, tem gerado transformações importantes na região (Ribeiro; Filocreão, 2013).

Uma das principais associações que representa esse movimento é a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC), criada em 2004, e atualmente é composta por 180 sócias distribuídas pelas 13 comunidades do Alto Cajari. A AMAC se baseia em critérios de proteção do meio ambiente, buscando preservar os recursos naturais e ecossistemas, além de garantir a exploração sustentável.

Quando se pensa em desenvolvimento sobre as atividades femininas nas comunidades de dentro da RESEX-CAJARI, é natural pensar na AMAC. Inicialmente, a associação focava corte e costura, além de produzir joias, pulseiras, colares e brincos de forma artesanal, utilizando materiais colhidos na floresta. Essa iniciativa permitiu que as mulheres gerassem renda por meio da produção e venda de suas peças. No entanto, nos últimos anos, a associação não conseguiu alcançar o pleno potencial de uma atividade produtiva sustentável (Ribeiro; Filocreão, 2013).

As mulheres integrantes da AMAC dedicam-se à produção de biscoitos, paçocas, doces e outros produtos derivados da castanha do Brasil, além de banana frita. Elas se organizam em grupos para trabalhar na cozinha comunitária da associação, situada na comunidade de Água Branca do Cajari, e se alternam no uso do espaço. A associação promove a produção coletiva e tem acesso a editais de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que facilita a comercialização dos produtos e a doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Benjamim, 2001).

Outra associação atuante é a Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade do Alto RESEX Cajari (AMOBIO), fundada em 2012 para complementar o alcance da AMAC. A AMOBIO beneficia principalmente as comunidades de Martins e Sororoca, realizando atividades semelhantes à AMAC, incluindo cursos de qualificação e esclarecimentos sobre direitos das mulheres.



Ambas as associações, AMAC e AMOBIO, têm como objetivo promover a geração de renda e emprego para as mulheres rurais, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o acesso a políticas públicas. O trabalho realizado pelas mulheres nessas associações tem sido fundamental para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades do sul do Amapá.

A presença marcante das mulheres nas comunidades da Reserva Extrativista do Rio Cajari evidencia sua representação em todas as etapas da produção familiar e agroextrativista. Desde o plantio até a colheita, a preparação e comercialização dos produtos agrícolas, bem como nas atividades de coleta, transporte e descasque da castanha, as mulheres têm uma atuação ampla e abrangente, o que demonstra sua importância no sustento e desenvolvimento dessas comunidades rurais.

Apesar de as mulheres estarem envolvidas em toda a cadeia produtiva da castanha, há um discurso em trabalhos acadêmicos de que a atuação da mulher está voltada, somente, ao beneficiamento da castanha para produção de gêneros alimentícios. Essa narrativa talvez seja explicada pelo fato de o trabalho da produção de biscoitos ter mais evidência econômica no mercado interno e externo, pois é uma atividade com grande potencial de geração de renda. Além disso, a perspectiva capitalista do desenvolvimento tende a analisar a natureza como mera fonte de matéria-prima com grande potencial de transformação e geração de aumento da economia (Chagas; Filocreão, 2019).

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho adotou uma abordagem qualitativa, para destacar as vozes das mulheres envolvidas na produção familiar na Reserva Extrativista do Rio Cajari, município de Laranjal de Jari, sul do estado do Amapá. Tal compreensão busca entender os fenômenos da sociedade para além de fatos materiais pré-estabelecidos (Haguette, 1997).

No que diz respeito ao aporte da análise teórica, o trabalho fundamenta-se em autores como Chagas (2015), Lobato (2021), Picanço (2010), Filocreão, Silva e Lomba (2019), que oferecem uma perspectiva histórica e social das comunidades, caracterização do lócus, assim como discutem o desenvolvimento a partir do modo de vida centenário das comunidades. Quanto à visibilidade e importância do trabalho feminino na região, tomou-se referência aos trabalhos de Ribeiro (2013) e Simonian (2001), uma vez que contribuem para uma compreensão mais abrangente dos aspectos



históricos, socioeconômicos e de gênero relacionados ao empoderamento feminino na produção familiar das comunidades agroextrativistas.

A pesquisa de campo buscou compreender os principais mecanismos responsáveis pela subsistência, reprodução e funcionamento do modo de vida das comunidades agroextrativistas no sul do Amapá, principalmente no que tange às atividades exercidas pelas mulheres dentro das unidades de produção familiar, assim como ao enfrentamento de suas principais dificuldades.

No intuito de obedecer aos padrões éticos de pesquisa, o trabalho foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), assim como foi apresentada à comunidade da Reserva Cajari em janeiro de 2022 uma solicitação formal para acesso à Reserva Cajari, no intuito de desenvolver pesquisas sobre a cotidiano laboral e modo de vida das agroextrativistas. O ICMBIO e a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC) encaminharam confirmações sobre anuência para realização das atividades.

Para compreender as complexas relações vividas nas comunidades agroextrativistas, durante dois anos (entre 2022 e 2024), realizamos trinta entrevistas com produtores e famílias para reconstruir suas histórias e experiências locais, assim como dez rodas de conversas, às quais as mulheres das associações e cooperativa foram convidadas a compartilhar suas histórias, experiências e dificuldades relacionadas ao trabalho das agroextrativistas. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pelas participantes, com garantia de que seus nomes não seriam publicizados. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise a partir de categorias como Cultura, Bem Viver e Modo de vida.

O aceite para a realização das entrevistas ocorreu após contato formal da professora responsável pelo Projeto de extensão: Produção Familiar em rede nas Amazôniaas da Universidade Federal do Amapá, em abril de 2022. Após esse primeiro contato, foram realizadas algumas rodas de conversas para apresentação do objetivo da pesquisa e troca de saberes com os comunitários. Em seguida, houve a construção de uma rede de integração com algumas agroextrativistas do território Cajari, somente, então, os procedimentos iniciais de pesquisa foram executados.



Foi utilizada também a técnica de observação direta, em que os pesquisadores participam nas atividades das comunidades para obter uma compreensão mais aprofundada das práticas e da interação social. As participações ocorreram em atividades de coleta de castanha, prática da agricultura, venda dos biscoitos de castanhas e reuniões comunitárias.

A análise envolveu a transcrição, a codificação das narrativas e a interpretação das entrevistas, com ênfase na Ecologia dos Saberes (Santos; Meneses, 2010), visando à construção de uma pesquisa colaborativa, que valorize o conhecimento tradicional e os movimentos de resistência para a sobrevivência das comunidades da Reserva do rio Cajari.

As informações foram organizadas em categorias temáticas relacionadas às experiências, atividades e contribuições das mulheres nas atividades agroextrativistas, com atenção às especificidades culturais e sociais de cada comunidade. Os resultados foram interpretados a partir das referências teóricas citadas, buscando identificar ações relevantes sobre a participação feminina na produção familiar.

## **5 O PROTAGONISMO FEMININO NO SUL DO AMAPÁ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

As atividades produtivas, sociais e políticas das mulheres agroextrativistas somam-se à exploração intensa que o cotidiano as impõe. Elas desempenham papel ativo na produção agrícola e extrativista, além de responsabilidades comunitárias e do trabalho doméstico não remunerado. Trabalham nas roças, na coleta de produtos extrativistas como a castanha, assim como em outras atividades agrícolas essenciais para a subsistência das famílias.

Destacam-se na reprodução social do trabalho feminino com ações vinculadas à preservação de conhecimentos tradicionais. Muitas mulheres detêm habilidades e saberes herdados de gerações anteriores, que incluem práticas de plantio, colheita, preparo de alimentos e produção artesanal. Ao transmitir esses conhecimentos para outras gerações, estão contribuindo para a continuidade das tradições culturais e da identidade de suas comunidades.

A entrevistada A narra que com “76 anos de idade, morando na comunidade Água Branca, mesmo tendo nascido lá em Açaizal e me mudei para cá há 45 anos [...] todos os meus filhos foram criados com o sustento proveniente das castanhas”. Ao longo das sete décadas em que a

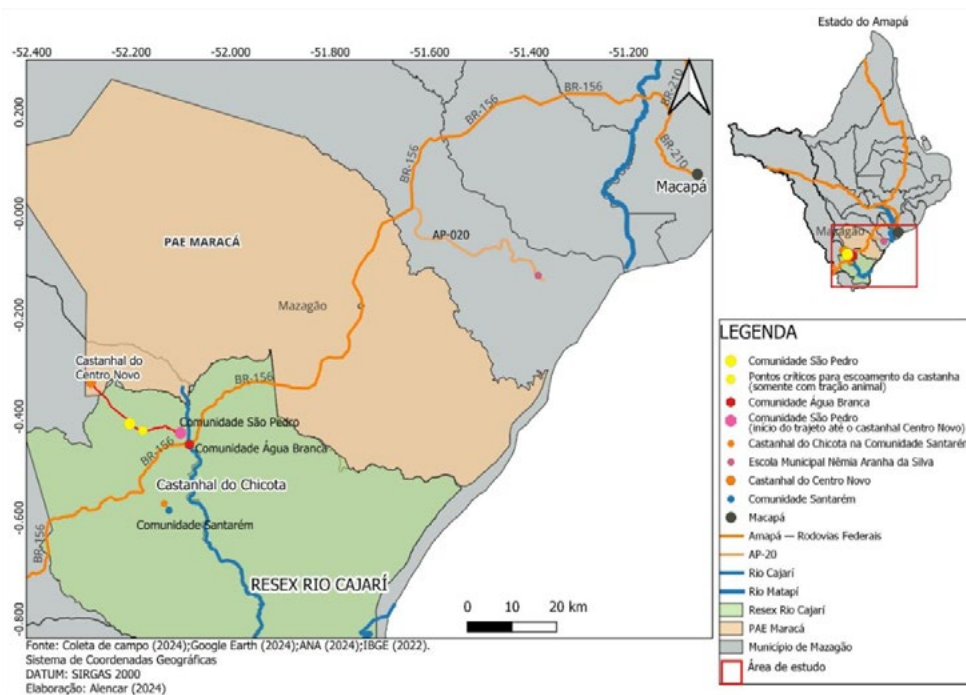


entrevistada morou na região, as localidades passaram por diversas mudanças. As comunidades cresceram, e a rodovia que passa pela comunidade proporcionou acesso ao município de Laranjal do Jari, bem como à capital, Macapá. Além disso, a chegada de novas tecnologias, como a internet, trouxe impacto ao modo de vida e às relações sociais das comunidades.

Independentemente dessas mudanças, o trabalho no castanhal continua sendo parte integrante e relevante da vida de todas as famílias da Reserva Cajari, e as mulheres estão ativamente envolvidas nessa atividade. Elas participam de todo o processo de produção, como enfatizado pela entrevistada B, ao afirmar que “no tempo da castanha a gente vai todo pra lá [...] lá eu junto, eu quebro, coloco na saca pra gente trazer”. Em contexto similar, a Entrevistada C menciona que trabalha na Reserva como professora e que como a “época da castanha dá certo com as férias da escola, então eu sempre vou ajudar a pegar, juntar, bater a castanha no saco e trazer”.

A narrativa das entrevistadas acima foi obtida durante interação com as comunidades de Água Branca do Cajari, Martins, Martinho e Santarém, todas localizadas na Reserva Cajari, município de Laranjal do Jari (Figura 1).

**Figura 1** | Localização da Reserva Cajari e comunidades agroextrativistas situadas na área de estudo, Amapá, Brasil.



Para chegar às comunidades, foi necessário um deslocamento de cinco horas pela rodovia que interliga Macapá a Laranjal do Jari até a Comunidade Água Branca. Em seguida, mais uma hora de deslocamento de carro para chegar até a comunidade Santarém através de um ramal. O acesso ao Castanhal do Chicota (figura 3) demandou atravessar o rio que passa na comunidade Santarém com apoio de uma pequena embarcação a remo. Para chegar ao ponto de coleta da castanha, o deslocamento envolveu ainda um percurso de uma hora de caminhada, em ramal estreito, que apresenta dificuldades extremas para o escoamento da castanha (figura 2).

**Figura 2** | Ramal de acesso ao castanhal do Chicota, comunidade Santarém, Reserva Cajari (29 de março de 2024).



**Fonte:** Projeto de Extensão: Produção familiar em rede nas Amazônias: soberania, resistência e luta (2024)

As narrativas das entrevistadas destacam como o trabalho agroextrativista é parte significativa de suas vidas, desde a coleta, quebra, transporte, até o armazenamento. A comunitária D relembra quando existia a fábrica de beneficiamento de castanha. “Espero que a Fábrica de Castanhas volte a operar. Muita coisa falta para o nosso dia a dia. O trabalho é sofrido, mas cada uma faz sua parte”. As mulheres enfrentam desafios, mas também demonstram resiliência ao superar as dificuldades e continuar contribuindo para a economia local e para o sustento de suas famílias.

As imagens registradas durante atividade de trabalho de campo na Comunidade Água Branca, na Reserva Cajari, explicitam parte do cotidiano do trabalho das agroextrativistas, especificamente o caso da entrevistada E. Evidenciam o percurso para a coleta no Castanhal, que envolveu um trajeto superior a uma hora de caminhada, no meio de muita lama e com necessidade de atravessar o rio Santarém devido às fortes chuvas no período da pesquisa (figura 3). Após esse trajeto inicial, ainda no ramal, é necessário atravessar o rio com embarcação de pequeno porte (Figura 3) para, então, encaminhar os frutos *in natura*, em sacos de fibra para o local de armazenamento.

**Figura 3** | Rio que passa pela Comunidade de Santarém, Reserva Cajari, (29 de março de 2024).



Fonte: Projeto de Extensão Produção familiar em rede nas Amazônias: soberania, resistência e luta (2024)

A continuidade do trabalho com Castanhas-do-Brasil e o envolvimento ativo das mulheres nesse processo refletem a importância da atividade extrativista para a vida nas comunidades locais. Assim como as mudanças trazidas pela modernização afetam a dinâmica dessas comunidades, as atividades com produtos alimentícios, como a produção de biscoitos de castanha pelas associações AMAC e COOPEMAC, oferecem novas oportunidades para a geração de renda e empoderamento feminino. Dessa forma, as mulheres não apenas participam ativamente da extração de castanhas,

mas também expandem sua atuação para outras atividades produtivas, fortalecendo as cadeias produtivas locais e perpetuando as tradições dessas populações.

A participação política e o engajamento social das agroextrativistas na Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC) e na Cooperativa Mista de Mulheres Extrativistas do Alto Cajari (COOPMAC) representam mecanismos de organização coletiva para fortalecimento das atividades produtivas da região. Essas organizações promovem cooperação, autogestão e liderança feminina, fortalecendo as cadeias produtivas locais e gerando renda (Ribeiro; Filocreão, 2013).

Ao serem perguntadas sobre suas principais atividades na comunidade, as entrevistadas frequentemente mencionam as associações, destacando especialmente a produção de biscoitos nas cozinhas da AMAC. Isso foi confirmado pela entrevistada-F, membro da direção tanto da AMAC quanto da COOPEMAC, ao afirmar que “atualmente, 103 mulheres participam das associações nas comunidades de Água Branca, Martinho, Martins e Santarém”. Infere-se dessa declaração o motivo de as entrevistadas mencionarem as associações, especialmente porque as trabalhadoras são das localidades onde ocorre a gestão da AMAC.

Embora as entrevistadas tenham destacado as atividades de produção na cozinha comunitária, a entrevistada-G também comentou que “atualmente, a cozinha da cooperativa não está operando devido à falta de manutenção, com apenas 8 mulheres ainda trabalhando na produção de biscoitos em suas próprias cozinhas.”. Essa narrativa demonstra as estratégias de sobrevivência que as agroextrativistas constroem diante dos desafios enfrentados para o desenvolvimento da estrutura necessária para o crescimento da Agroindústria da Castanha. Mesmo em grupo reduzido, mantém-se a estrutura social para a produção de biscoitos. Nessa perspectiva, de acordo com a entrevistada G, estão com “esperança que a fábrica volte a ser utilizada para fazer os biscoitos”.

Atualmente, parte da produção de biscoitos, produzida na cozinha comunitária e nas casas das agroextrativistas, é vendida em feiras na própria comunidade e outra parte é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PNAE).

O impacto do fechamento da fábrica de biscoitos revela-se nas entrevistas. Segundo a entrevistada H: “Quando produzimos biscoitos, vendíamos para o PAA e PNAE, o que nos garantia uma renda para nossas necessidades.”. A produção e a venda de produtos alimentícios nas cozinhas comunitárias auxiliam



na autonomia e visibilidade do trabalho feminino (Benjamim, 2004). Algumas comunidades demonstraram que foi reduzida a produção de biscoitos após o fechamento da fábrica de castanhas, o que provocou a queda na renda das comunitárias. Todavia esse fato não diminuiu a ação contínua dos agroextrativistas em construir estratégias de sobrevivência, como a criação da cozinha comunitária.

Embora nesta pesquisa não tenhamos respostas sobre o motivo que desencadeou o fechamento da fábrica, é possível que em trabalhos futuros possamos obter maiores detalhamentos em relação à ausência da agroindústria na Reserva Cajari.

As narrativas das agroextrativistas demonstram que o trabalho com produtos alimentícios produzidos pelas mulheres vai além do desenvolvimento econômico nas comunidades, com potencial de fortalecimento da cadeia produtiva da Castanha na Reserva, evidenciando tanto um espírito coletivo, comum entre aqueles que estão à margem do capital, quanto um aspecto de sororidade, na perspectiva de que as mulheres se ajudam mutuamente. Pensar o desenvolvimento do território a partir da realidade do lugar significa valorizar a transmissão dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, perpetuando o modo de vida dessas populações e criando alternativas de sobrevivência (Lobato, 2021). A produção agroextrativista consolidada pode proporcionar a soberania alimentar dessas populações (Filocreão; Silva; Lomba, 2019).

A participação feminina no agroextrativismo da Reserva Cajari envolve a relação com o trabalho campesino em diferentes cadeias produtivas. Devido a seus papéis na preparação da comida, as mulheres são favoráveis à diversificação da produção na horta, essencial para a saúde das famílias. Coleta e preparo da castanha, mandiocultura, cultivo de hortaliças, produção de biscoitos, confecção e venda de bijoues, entre outros, mostram a ampla gama de atividades desenvolvidas pelas agroextrativistas, como partícipes, não como ajudantes, apesar de assim aparecer em suas falas e na compreensão que possuem de si e de suas atribuições.

Portanto, o cultivo, a confecção e a venda de diferentes produtos fazem parte da economia do lugar, da geração de renda dessas comunidades e do núcleo familiar (Ribeiro e Filocreão, 2013), com ampla participação das mulheres em todos os processos. Em trabalhos futuros espera-se identificar a renda e o impacto social dessas cadeias produtivas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação feminina apresenta impacto significativo no desenvolvimento de comunidades rurais do sul do Amapá. O trabalho das mulheres agroextrativistas tanto alimenta, a partir do consumo direto do que é produzido, quanto gera riqueza que permite adquirir alimentos (não produzidos na Reserva Cajari) ou bens e serviços. Essa conjuntura é reflexo da organização social que vem se estruturando nas últimas décadas. A mulher agroextrativista representa o sujeito político ativo, que busca construir mudanças estruturais e conjunturais em sua realidade.

As atividades econômicas, nesse contexto, que são desenvolvidas na Reserva Cajari, rompem com a lógica da exploração desenfreada dos recursos naturais, que é característico do modelo desenvolvimentista hegemônico eurocêntrico. A premissa das práticas agrícolas e agroextrativistas parte de uma visão sustentável que mantém a floresta em pé, conserva a biodiversidade e preserva os recursos naturais.

A valorização do modo de vida e do território observado durante as pesquisas de campo é pautada em uma rede de estratégias de sobrevivência repleta de muitos desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas populações rurais amazônicas há séculos. Os entraves mencionados neste trabalho, como ausência de estrutura para escoamento da castanha, falta de investimento na agroindústria para beneficiamento do produto *in natura*, reduzida participação na cozinha comunitária são alguns dos desafios que precisam ser superados.

As dificuldades para acessar aos pontos de coleta de castanha são questões fulcrais que engessam a dinâmica do trabalho agroextrativista. Longas distâncias percorridas pela lama ou pequenas embarcações, para se deslocar no rio ao encontro dos castanhais, demonstram reduzido apoio do poder público em construir soluções viáveis para melhorar a qualidade de vida do agroextrativista e da agroextrativista.

Contudo, observa-se permanente ação de resistência no intuito de valorizar as práticas culturais tradicionais, transmitir os saberes locais às gerações futuras e fortalecer a participação comunitária para a sobrevivência das comunidades. A criação de associações, enquanto expressão do espírito coletivo, a busca por acesso a políticas públicas, como PAA e PNAE e manutenção da cozinha comunitária, representa alguns mecanismos que expressam a força da mulher agroextrativista da Reserva Cajari.



Dessa maneira, espera-se com esta pesquisa romper com o paradigma que marginaliza a participação ativa da mulher no trabalho campesino, no intuito de possibilitar-lhe espaço de voz e reconhecimento social ao processo de luta pela valorização da cultura, pelo saber tradicional e pelo empoderamento das agroextrativistas da Reserva Cajari.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Aldrin Mario Da Silva. **Agroextrativismo: Sustentabilidade e estratégias na reserva extrativista do rio Cajari, sul do Amapá/Aldrin Mario da Silva Benjamin**. Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2004.

BORDALO, Caroline. Araújo. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHAGAS, Marco Antonio. Uma Contribuição ao Conhecimento da História de Criação das Unidades de Conservação do Amapá, Amazônia Brasileira. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 211–227, 2015. DOI: 10.18472/SustDeb. v.6, n.2, 2015. 15009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15741>. Acesso em: 15 fev. 2024.

COUDREAU, Henri. Anatole. **La France Équinoxiale**. Cambridge: Cambridge University Press, 1886.

DELPHY, Chistine. **L'ennemi principal**: économie politique du patriarcat. [2nda éd.] ed. Paris: Ed. Syllepse, 2009.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. SILVA, Irenildo Costa da.; LOMBA, Roni Mayer. A Sustentabilidade dos Sistemas Agroextrativista do Sul do Amapá. Universidade de Brasília, Brasília. **Espaço & Geografia**, v.22, n.2, 2019.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Formação Socioeconômica do Estado do Amapá. In: CASTRO, E; CAMPOS, I. (Orgs.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. 1. ed. Belém: NAEA, 2015. Cap. 3. p. 97-172.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. 1992. 234f. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional), Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II – Campina Grande - Paraíba - Brasil, 1992.

FLEXA, Rafaela Costa. Trabalhadores extrativistas e o uso comum dos recursos naturais em Maracá- sul do Amapá (1950-1990). **Revista Tempo Amazônico**, ISSN 2357-7274 Volume II, Número 1, Junho-Dezembro de 2014.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Today's tomorrow. **Development**, v. 54, n. 4, p 441-447, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/dev.2011.86>. Acesso em 10 jun. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/laranjal-do-jari/pesquisa/23/24304>. Acesso em janeiro de 2024.

Instituto Socioambiental (ISA). **Unidades de Conservação no Brasil: Reserva Extrativista do Rio Cajari**. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/627#gestao>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

LOBATO, Marília Gabriela Silva. **Mitigação e compensação na reprodução de um padrão colonial: o contexto dos discursos, planos e danos das hidrelétricas no Rio Araguari, Amapá**. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro. 2021. 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2021.



MACIEL, R. C.G.; MANGABEIRA, J. A. C; KASSAI, J.R. Reserva extrativista chico mendes: a socioeconomia 25 anos depois. Triunfo, Editora Ominis Scentia, 2021.

MEUS, Albina Graciéla Aguiar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, vol. 17, núm. 1, pp. 01-14, 2021.

PERROT, Michelle. **Les femmes ou les silences de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1998.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação** da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do Amapá. 2010. 383 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

PORTO, Jadson; BRITO, D. M. C. **A formação territorial e gestão ambiental no estado do Amapá**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais. São Paulo: 2005.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito; FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. Desafios na Amazônia Brasileira: a organização de mulheres na Reserva Extrativista no Rio **Cajari no Amapá**. **XIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA** - ALAS 29 de setembro a 4 de outubro de 2013, FACSO, Chile-Santiago, 2013.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. Mulheres, cultura, e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes: **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: Editora do NAEA, 2001. p. 107-148.

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2000. p. 09-53.

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. Sustentabilidade políticas recentes para indígenas autônomos. In: XIMENES, T. (org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA/UNAMAZ, 1997. p. 429-467.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

